

AUTOR BEST-SELLER DO *THE NEW YORK TIMES*

# A ARTE DA INTELIGÊNCIA

 OS BASTIDORES E SEGREDOS  
DA CIA E DO FBI 

 HENRY A. CRUMPTON 

“HENRY A. CRUMPTON REMODELOU O CONCEITO DE GUERRA MODERNA”  
*Washington Times*

 novo século®

# A arte da inteligência





Henry A. Crumpton

# A arte da inteligência

Os bastidores e segredos da CIA e do FBI

novo século®

SÃO PAULO 2013

*THE ART OF INTELLIGENCE*  
Copyright © 2012, Henry A. Crumpton  
All rights reserved

Copyright © 2013 Novo Século

COORDENAÇÃO EDITORIAL Filipe Nassar Larêdo  
TRADUÇÃO Henrique Guerra  
PREPARAÇÃO Richard Sanches  
DIAGRAMAÇÃO Project Nine  
CAPA Gabriel Calou  
REVISÃO Equipe Novo Século

TEXTO DE ACORDO COM AS NORMAS DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA  
LÍNGUA PORTUGUESA (DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 1995)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Crumpton, Henry A.  
A arte da inteligência : os bastidores e segredos da CIA e do FBI / Henry  
A. Crumpton. -- 1. ed. -- Barueri, SP : Novo Século Editora, 2013.

Título original: The art of intelligence :  
lessons from a life in the CIA's Clandestine Service.

1. Espionagem Americana 2. Estados Unidos. Agência Central de  
Inteligência - História 3. Serviço de Inteligência - Estados Unidos -  
História 4. Serviço secreto 5. Serviço Secreto - Estados Unidos -  
História I. Título.

13-05392

CDD-327.1273

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Estados Unidos : Agência Central de  
Inteligência : História 327.1273

2013  
IMPRESSO NO BRASIL  
PRINTED IN BRAZIL  
DIREITOS CEDIDOS PARA ESTA EDIÇÃO À  
NOVO SÉCULO EDITORA LTDA.  
CEA – Centro Empresarial Araguaia II  
Alameda Araguaia 2190 – 11º Andar  
Bloco A – Conjunto 1111  
CEP 06455-000 – Alphaville Industrial, Barueri – SP  
Tel. (11) 2321-5080 – Fax (11) 2321-5099  
www.novoseculo.com.br  
atendimento@novoseculo.com.br

# Sumário

---

<i>Introdução</i> .....	7
<b>1</b> Sonhos .....	23
<b>2</b> Treinamento.....	33
<b>3</b> Recrutamento.....	49
<b>4</b> Coleta de Inteligência .....	77
<b>5</b> Alianças.....	93
<b>6</b> Antiterrorismo .....	109
<b>7</b> FBI .....	115
<b>8</b> O Centro de Antiterrorismo .....	131
<b>9</b> Afeganistão: Estratégia .....	181
<b>10</b> Afeganistão: Operações .....	229
<b>11</b> Além do Afeganistão.....	283
<b>12</b> Reflexões .....	287
<b>13</b> América .....	299
<b>14</b> Política.....	327
<i>Epílogo</i> .....	337



# Introdução

---

No verão de 2002 embarquei numa nova missão. Após duas décadas no Serviço Clandestino da CIA, tendo inclusive passado os últimos dez meses liderando a campanha da CIA no Afeganistão, havia chegado a hora de mudar.

Essa missão representou uma grande transformação para mim. Não havia helicópteros *MI-17*, veículos aéreos não tripulados do tipo *Predator*, fuzis de assalto M-4, pistolas Glock modelo 19, coletes à prova de bala com placas de cerâmica, inoculações, detectores de mentira, disfarces, operações encobertas e mesmo habilidades básicas de espionagem. Não havia vigilância a evitar, agentes para comandar nem terroristas para anular. Mas a missão realmente exigia que eu entrasse numa cultura estranha, reajustasse minha postura e assumisse uma identidade diferente.

Voltei à universidade na condição de estudante.

A CIA me concedeu um interlúdio acadêmico na Escola de Estudos Internacionais Avançados (SAIS) Johns Hopkins. Essa nova missão, embora mais tranquila do que outras experiências recentes, era ainda empolgante. Um ano acadêmico inteiro de deleite intelectual. Devorei um banquete de cursos e livros sobre pensamento político, estratégia militar, China, história, política internacional, terrorismo e filosofia. Saboreei tudo isso ao máximo.

Examinando o catálogo de cursos do primeiro semestre de 2003, me deparei com algo inesperado: uma disciplina sobre inteligência. O título sugestivo “A arte e o ofício da inteligência” motivou-me a pesquisar o currículo da professora, a dra. Jennifer Sims. Ela tinha uma experiência impressionante, tanto na academia quanto no governo. É uma reputação de erudita igualmente sólida.

Espião veterano, ainda na folha de pagamento da CIA, eu me senti na obrigação de fazer o curso. Também imaginei que as aulas seriam divertidas e fáceis.

E foi muito divertido. Exploramos como George Washington, um dos grandes mestres da espionagem dos EUA, coordenou, com soberba habilidade tática, seus agentes e, em seguida, aplicou as informações para obter brilhante valor estratégico. Estudamos os avanços das aptidões de inteligência na Guerra Civil Americana. Ficamos sabendo que o presidente Lincoln passava muitos de seus dias na sala de telégrafo da Casa Branca, transformando-a, na prática, em seu centro de comando e inteligência. Verificamos de que modo o advento de maravilhas técnicas como dispositivos de telecomunicação sem fio, aviões, radares e satélites, entre outras, transformaram os serviços de inteligência ao longo do século XX.

Observamos de que modo, ao contrário de Washington e Lincoln, a maioria dos líderes responsáveis pelas políticas de segurança e missões de guerra não foi capaz de compreender nem de valorizar a inteligência. Quando também não eram capazes de acompanhar as mudanças geopolíticas, isso se devia, em parte, às lacunas entre coleta de inteligência, análise de inteligência e execução das políticas. Refletimos sobre como elementos do governo e da sociedade percebem e tratam os profissionais de inteligência, com comentários que oscilam entre o profundo desprezo e a fantasia caricatural. Ao longo da história dos EUA, os profissionais de inteligência e suas agências foram alvos de expectativas desinformadas e, às vezes, insensatas, baixas e altas, sobre suas atividades. Em termos de nação, a nossa ignorância coletiva sobre a inteligência prejudicou não só nossas aptidões nesta área, mas, em última análise, os formuladores das diretrizes políticas e os cidadãos.

Apesar de agradáveis, as aulas não foram fáceis. A dra. Sims exigiu bem mais estudo e raciocínio do que eu previa. Foi quase constrangedor me dar conta do quanto eu não sabia e do quanto aprendi — mesmo com meus muitos anos de experiência em espionagem, ações encobertas e missões bélicas pulverizadas pelos vários continentes. Embora decepcionado com a minha própria ignorância, fascinei-me com a experiência de aprendizagem.

Ganhei uma perspectiva mais ampla, muito além da atividade de inteligência, durante esse interlúdio acadêmico. Em vinte anos, aquela era a primeira vez que não estive focado nas tarefas operacionais imediatas da inteligência. Com a oportunidade de estudar e refletir, entendi melhor que o mundo se transformava rapidamente, em especial no que tange à natureza do conflito, do risco, da competição e da cooperação. Mas havia um denominador comum: o valor da inteligência aumentava.

Nossa campanha no Afeganistão em 2001-2 ofereceu muitos exemplos disso. As tendências de transformação geopolítica de nossa época, muitas vezes alimentadas por progressos exponenciais na tecnologia, indicam que a inteligência exercerá um papel ainda mais relevante num mundo cada vez mais interdependente e complexo. Porém, coletivamente, em comparação às necessidades de nosso país, há uma grande defasagem no quanto a entendemos e reconhecemos, o que tem sido uma constante na história dos EUA.

Após os EUA e seus aliados terem vencido a Guerra Fria, com o colapso da Cortina de Ferro em novembro de 1989, muitos líderes responsáveis e respeitados, como o falecido senador Patrick Moynihan, expressaram suas dúvidas sobre a necessidade de uma inteligência robusta. Alguns questionaram a necessidade de um Serviço Clandestino. Nos anos 1990, o Congresso beneficiou-se dos “dividendos da paz” e reduziu ao máximo o orçamento da inteligência. Como membro do setor operacional, eu senti na pele os efeitos dessa década de colapso orçamentário. Testemunhei operações serem engavetadas e redes de agentes se enfraquecerem. A CIA fechava bases mundo afora. Parecia que nossos líderes esperavam que o risco geopolítico definhasse.

Alguns líderes da CIA se questionavam publicamente sobre suas nebulosas missões. Outros, confusos e desgostosos, pediam demissão. De modo extraordinário, alguns veteranos da CIA chegaram inclusive a abraçar o conceito de um novo mundo sem inimigos reais. Um diretor da divisão de Serviço Clandestino, Milton Bearden, declarou que a Rússia não mais representava qualquer ameaça significativa de espionagem. Esse ponto de vista ganhou força até que foi exposta uma série de infiltrações russas, tais como a de Aldrich Ames, na CIA, e a de Robert Hanssen, no

FBI. Esses traidores provocaram grandes prejuízos à segurança nacional dos EUA. Também forneceram informações aos contatos russos, levando ao assassinato de quase uma dúzia de corajosos agentes russos que trabalhavam para a CIA.

Embora os EUA tenham muito mais a ganhar com um relacionamento cooperativo com a Rússia e com a China, a espionagem permanece um fato indiscutível. Essas grandes nações são parceiras americanas na diplomacia, na ciência, no comércio e em muitos outros setores. Mas são também adversárias na espionagem. Provavelmente, tanto a Rússia quanto a China têm um número maior de agentes de inteligência clandestinos no território norte-americano hoje em dia, na segunda década do século XXI, do que no auge da Guerra Fria.

Durante a próspera calmaria que sucedeu à Guerra Fria, porém, os EUA desfrutaram, enquanto nação, de uma trégua ilusória num mundo imaginário, sem graves ameaças e inimigos mortais. Especialistas políticos vangloriavam-se eloquentemente da incomparável supremacia norte-americana e da universal, irreversível e desimpedida marcha do pensamento liberal e dos princípios do livre mercado. A vida era boa.

Então, a Al Qaeda (AQ) atacou nosso torrão natal. O fatídico 11 de setembro de 2001. Osama Bin Laden (OBL) e seus 19 terroristas assassinaram 2.977 pessoas. As vítimas eram principalmente nascidas nos EUA, mas incluíam cidadãos de muitos outros países. Cristãos, judeus, muçulmanos, hindus e outros pereceram naquele dia. As torres gêmeas do World Trade Center de Nova York foram destruídas, deixando restos humanos retalhados em meio a imensos montes de entulho. Algumas vítimas preferiram saltar para a morte, de mãos dadas, em vez de serem queimadas e esmagadas na queda dos prédios. Perto da capital Washington, o Pentágono, quartel-general da maior potência militar do planeta, jazia ferido, com um vão profundo, negro e fumegante em seu flanco. Militares de ambos os sexos, mortos e feridos, se espalhavam em seus corredores.

Os heroicos passageiros do voo 93, na única resposta eficaz ao inimigo naquele dia sombrio, reagiram contra os sequestradores. O avião, fora de controle, explodiu ao cair na área rural de Shanksville, na Pensilvânia. Esse grupo de cidadãos, equipe espontânea e auto-organizada de agentes não

estatais, coletou informações por meio de seus celulares e, depois de analisar a situação e o risco, planejou e executou uma ousada contraofensiva. Havia 33 passageiros e 7 tripulantes na aeronave. Todos morreram, salvando, quase certamente, centenas de pessoas, inclusive talvez nossos líderes políticos em Washington, D.C.

Os Estados Unidos e o mundo, chocados e ultrajados, se esforçaram para compreender o significado do ataque. Quem era aquele inimigo? Quais suas motivações? O que os EUA tinham feito para proteger seus cidadãos? O que poderia ser feito em resposta?

Aquele dia horrível instaurou uma renovada sensação de vulnerabilidade. Os cidadãos se perguntavam se suas comunidades seriam atacadas. A violação de nossa terra natal provocou um debate sobre guerra e segurança, com a inteligência na vanguarda. Mais tarde, o Congresso criaria a Comissão do 11/9, com ênfase no papel da inteligência. As conclusões da comissão e o sentimento dos líderes políticos foram claros. O 11/9 fora um colossal fracasso de inteligência. Não um fracasso político — explorar isso não era objetivo da comissão.

A comissão e os formuladores das diretrizes políticas, muitos dos quais tinham aprovado os cortes nos orçamentos de inteligência, foram unânimes: a inteligência era a culpada. Agora, ela era importante. E os EUA precisariam lhe reservar mais recursos.

Na década seguinte ao 11/9, os orçamentos e as burocracias da inteligência estadunidense explodiram numa orgia de crescimento, replicação e confusão. O orçamento anual da inteligência dos EUA inflou de poucos bilhões de dólares para 75 bilhões em 2011. Da noite para o dia, os líderes políticos da nação tornaram-se especialistas em inteligência. Criaram comissões mais importantes, gastaram mais dólares dos impostos, estabeleceram mais normas e regulamentos e fundaram organizações mais centradas em Washington, como o Gabinete do Diretor da Inteligência Nacional (ODNI<sup>1</sup>), o Centro Nacional de Antiterrorismo (NCTC<sup>2</sup>) e o Ministério da Segurança Nacional (DHS<sup>3</sup>).

---

1 *Office of the Director of National Intelligence*, na sigla em inglês. [N.E.]

2 *National Counterterrorism Center*, na sigla em inglês. [N.E.]

3 *Department of Homeland Security*, na sigla em inglês. [N.E.]

Nesse meio-tempo, administrações republicanas e democratas, juntamente com o Congresso, de modo seletivo, abusaram da CIA para obter benefícios políticos e, ao mesmo tempo, exigiram dela mais do que nunca. Alguns membros da equipe do presidente George W. Bush tentaram minar a integridade e até mesmo a segurança da agente secreta da CIA Valerie Plame, cujo marido, o embaixador Joe Wilson, criticara publicamente o governo Bush. Por vantagens políticas ou por qualquer outro motivo, como pôde a Casa Branca pôr em risco os sacrossantos sigilo e vida de uma agente da CIA? Como puderam ameaçar a rede de agentes de Valerie, estrangeiros que também arriscaram suas vidas em operações de espionagem a favor dos EUA? O funcionário sênior da Casa Branca, Scooter Libby, foi condenado à prisão por não cooperar plenamente com a investigação federal do vazamento.

Paralelamente a essa terrível ruptura de confiança, o presidente Bush e sua equipe abraçaram a CIA por sua inteligência e por seus serviços — em especial quando convinha às expectativas políticas. O diretor da CIA, George Tenet, desenvolveu um relacionamento íntimo, talvez até demais, com a Casa Branca. Nas minhas reuniões com o presidente em 2001-2, fosse em Camp David ou na Casa Branca, na Sala de Situação ou no Salão Oval, o presidente Bush sempre indagava sobre as operações. Incentivava a mim e aos meus agentes que trabalhavam no Afeganistão e fornecia orientações claras, além de grande apoio moral. Como teria sido permitir, ou talvez aceitar, um ataque político a um agente secreto da CIA?

Quando o presidente Obama assumiu o governo, em janeiro de 2009, o seu Ministério da Justiça ameaçou prender autoridades da CIA — por terem executado ordens legítimas sob a administração anterior. Teria sido uma tentativa de criminalizar lícitas políticas prévias como forma de punir a CIA? Ou apenas estariam as autoridades da inteligência sendo perseguidas para que os políticos obtivessem vantagens?

Por mais de dois anos, os promotores da Procuradoria-Geral perseguiram Jose Rodriguez, Diretor Adjunto de Operações da CIA, líder honrado e corajoso, para simplesmente arquivarem o caso depois de não terem encontrado quaisquer evidências de transgressões e os holofotes políticos terem diminuído.

Apesar da objeção do então diretor da CIA, Hayden, endossada por todos os ex-diretores vivos da CIA, o presidente Obama divulgou os detalhes das técnicas de interrogação avançada aprovadas e controladas pela administração anterior. A administração Obama procurou agradecer elementos do Partido Democrata, às custas da CIA e de seus agentes.

Nesse ínterim, os advogados de defesa dos detidos da AQ em Guantánamo forneceram a seus clientes (os terroristas) fotos e nomes dos agentes da CIA. O Ministério da Justiça da administração Obama nada fez.

Não consigo entender como líderes responsáveis seguiram essa linha de ação, considerando a crescente confiança em agentes e recursos de inteligência para realizar a guerra contra a AQ.

Cada vez mais, o presidente Obama recorreu à CIA. Em poucos meses, desencadeou mais ataques de VANTs (veículos aéreos não tripulados) modelo *Predator* do que o presidente Bush fizera ao longo de toda a sua gestão. Obama encarregou a CIA de descobrir o paradeiro de mais terroristas e matá-los; chamava e parabenizava agentes individuais que completavam as missões com sucesso. Ele passara a confiar nas avaliações da CIA, e sua confiança foi recompensada. A CIA encontrou OBL, o que deu ao presidente Obama a oportunidade de ganhar extraordinária credibilidade política como comandante em chefe. Corajosamente, ele ordenou que a CIA e os SEALs<sup>4</sup> da Marinha dos EUA lançassem a operação que matou OBL em seu esconderijo paquistanês, em 1º de maio de 2011.

Na década seguinte ao 11/9, os aliados europeus aderiram à rixa política anti-inteligência, indiciando agentes da CIA e, ao mesmo tempo, ignorando a cumplicidade de seus próprios agentes em malfadadas operações conjuntas. A Itália serve como exemplo expoente. A CIA ficou se perguntando sobre a confiabilidade de parceiros de inteligência estrangeiros e de seus condutores políticos. Por sua vez, os serviços de inteligência e de segurança estrangeiros avaliaram em quem podiam confiar na comunidade de inteligência dos EUA. Discutiram entre si qual agência estadunidense tinha qual responsabilidade.

---

4 *Sea, Air, Land Teams*, no acrônimo em inglês que funciona como trocadilho com a palavra “foca”. [N.E.]

Quem poderia culpá-los por fazer isso? Afinal, eram muitos os vazamentos na imprensa e muito confusa a proliferação de agentes seniores de inteligência, com várias agências e departamentos num desconcertante conjunto de cargos e autoridades sobrepostas. Por exemplo, o novo ODNI, com carta branca para coordenar as agências de inteligência dos EUA, arrebanhou um corpo de agentes protocolares para se dedicar a visitar agentes de relações exteriores. Os quadros do ODNI inchariam para mais de 3 mil funcionários e empreiteiros, a maioria deles em busca de uma missão.

No front doméstico, o sentimento público variava amplamente. Havia admiração pelos agentes da CIA, em particular devido ao papel fundamental contra a AQ, que se tornara interesse público. O primeiro estadunidense morto em combate após o 11/9 foi o agente da CIA, o paramilitar Johnny Mike Spann. A imprensa deu uma cobertura ampla, respeitosa e justificada ao episódio envolvendo esse herói nacional. A perda foi especialmente sensível para nós da CIA, pois Mike era o tipo de agente que admiramos: altruísta e corajoso.

No entanto, apenas alguns anos após o 11/09, os EUA e alguns de seus líderes já começavam a se mostrar ambivalentes quanto ao papel da inteligência. Em certos ambientes, cresciam a suspeita e a antipatia em relação à inteligência, em especial no que se referia a técnicas de interrogação e operações encobertas letais. Também existia preocupação justificada concernente à inteligência em nossa pátria, relativa tanto à sua escassez quanto ao seu desafio às liberdades civis.

A mídia popular e o negócio do entretenimento promoveram e distorceram todos os aspectos do espectro da inteligência, pintando desde retratos de super-heróis até imagens repugnantes dos agentes e de suas missões.

Mais especificamente, os líderes políticos e advogados se esforçaram para determinar se estávamos mesmo em guerra contra a Al Qaeda e, caso positivo, como deveríamos tratar o inimigo. Seriam criminosos destinados aos tribunais civis ou combatentes inimigos enviados ao abissal mundo de Guantánamo? Por que aprovar ataques conduzidos pela CIA por meio de veículos aéreos não tripulados com o objetivo de matar deter-

minado líder inimigo, possivelmente incluindo sua infortunada família, e ao mesmo tempo desaproveitar e tomar medidas jurídicas contra um agente da CIA que compele um prisioneiro inimigo a abster-se de sono durante o interrogatório?

E por que a CIA está na vanguarda desse conflito? Isso não envolve apenas coleta de informações, mas ações encobertas em escala grandiosa e global. Por que tantas ações ocultas? Por que não outras ferramentas diplomáticas?

Particpei de parte desse conflito operacional e político, em especial no Afeganistão, antes e depois do 11/9, tanto em campo quanto na capital Washington. Com frequência, assisti de camarote, com um misto de assombro e asco, às voltas e reviravoltas das missões de inteligência e da política externa dos EUA, na ânsia de proteger nossa nação, mas por vezes piorando a situação. Por exemplo, a descarada invasão do Iraque, seguida de uma ocupação ineficaz, minou a simpatia global pelos EUA após o ataque de 11/9, bem como a admiração e a boa vontade após nosso sucesso inicial no Afeganistão.

Na raiz de tudo isso, ao que parecia, estava o parco entendimento dos políticos, das autoridades nomeadas e dos líderes, no governo e na sociedade em geral, sobre inteligência. Fiquei me perguntando o quanto era ignorância honesta e o quanto era cinismo e manipulação por parte de políticos, jornalistas, apresentadores e aproveitadores. Se a inteligência exerce um papel tão preeminente em nossa segurança nacional e está destinada a assumir importância ainda maior, e se os cidadãos precisam entender essa arte enigmática, qual a melhor maneira de conseguirmos isso?

Aqui reside o paradoxo. Em razão do profundo viés funcional e cultural com relação ao sigilo entre espões, em especial no Serviço Clandestino da CIA, os líderes da inteligência costumam rejeitar a necessidade de alcançar ou educar o público. Os líderes políticos geralmente reforçam essa atitude, indesejosos de que opiniões especializadas divergentes de suas próprias caiam em domínio público. De fato, os políticos querem proteger a inteligência para seu próprio desfrute, até contra outros de sua mesma classe. Esse sigilo necessário, principalmente de fontes e métodos,

muitas vezes impede uma compreensão pública mais profunda sobre as atividades de inteligência.

A dra. Sims e eu debatemos esse paradoxo durante e após o curso, bem como discutimos a ética da inteligência. Eu a apresentei ao meu bom amigo Burton Gerber, mestre de espionagem da CIA, atualmente aposentado. Católico fervoroso, ele compareceu a uma das aulas da dra. Sims e palestrou sobre a ética da espionagem. Isso motivou um debate importante.

A dra. Sims e eu concordamos que o estudo sobre a inteligência estava imaturo. Precisávamos de mais pontos de referência, mais recursos, foco mais detalhado e discussões mais dinâmicas, respeitadas e bem informadas. Eu a incentivei a organizar e editar um volume sobre inteligência, algo que ela vinha estudando. E ela convenceu Burton a ser o coeditor. Contribuí com dois capítulos para o livro. Redigi “Intelligence and War: Afghanistan 2001-02” [Inteligência e guerra: Afeganistão, 2001-02] e “Homeland Intelligence and Security” [Inteligência e segurança da pátria], publicados na obra *Transforming US Intelligence* [*Transformando a inteligência dos Estados Unidos*], em 2005.

O livro se tornou um **best-seller** da Georgetown University Press, útil àqueles interessados no estudo acadêmico da inteligência, público importante, mas relativamente pequeno. Fiquei orgulhoso de minha modesta contribuição.

Após meu interlúdio acadêmico, voltei ao Serviço Clandestino, em 2003, e atuei durante dois anos como chefe da divisão de Recursos Nacionais (NR<sup>5</sup>), um dos setores mais fulcrais da CIA. A divisão de NR tem escritórios espalhados por todo o país. Junto aos mecanismos de aplicação da lei, aos cidadãos e às instituições públicas e privadas dos EUA, a NR trabalha com vistas ao avanço da missão do Serviço Clandestino.

Adquiri uma nova perspectiva sobre meu país e a extensão da boa vontade para com a CIA. Também me dei conta, em primeira mão, do quanto o setor privado é crucial à nossa segurança nacional. Como chefe da NR, acompanhei o advento de tecnologias estadunidenses e a crescente

---

5 *National Resources*, na sigla em inglês. [N.E.]

globalização de lucros e perdas. Fiquei impressionado com o acesso e a compreensão de executivos e especialistas do setor privado trabalhando em todos os cantos do mundo. A interdependência das esferas pública e privada na inteligência me deixou estupefato, assim como sua riqueza e o potencial que não aproveitamos.

Nossas limitações pareciam repousar, em parte, na falta de estudos e diálogos, responsáveis e públicos, sobre inteligência, em especial sobre seu papel na mutante natureza do risco. Na realidade, existiam vozes, mas em geral de militares motivados politicamente ou amargos veteranos do ramo de espionagem que encaravam um novo mundo que não se adaptava a seus pontos de vista ideológicos ou a suas expectativas de carreira.

Como agente do Serviço Clandestino, eu sabia que não era minha responsabilidade. Eu estava proibido de me posicionar publicamente. Além do mais, eu já quase extrapolara os limites das normas culturais da CIA ao escrever dois capítulos de um livro acadêmico.

Em 2005, circunstâncias me levaram a uma função pública que não estava nos meus planos. A ministra das Relações Exteriores, Condoleezza Rice, me convocou para atuar como Coordenador de Antiterrorismo no cargo de embaixador extraordinário. Era uma indicação presidencial e precisava da confirmação pelo Senado. Aceitei a oferta e me dei conta de que a minha vida de espião tinha acabado.

Saltei do mundo fechado e secreto do Serviço Clandestino para o palco da diplomacia pública global, na condição de representante das políticas antiterroristas do presidente e da ministra. Comecei uma vida nova: antes, espião, agora, diplomata; antes, operações clandestinas, agora, entrevistas para canais de TV internacionais; antes, mescla de codinomes, agora, título honorável. Essencialmente, converti-me de coletor em consumidor de inteligência, de agente operacional em consultor, elaborador e executor de políticas. Quando o presidente Bush me viu pela primeira vez no Ministério das Relações Exteriores, perguntou à ministra Rice:

— O degolador na diplomacia? Isso está funcionando?

Eu havia trabalhado com antiterrorismo em muitas agências e departamentos diferentes e compreendia o processo interagências. Por isso, a transição da esfera operacional para a política não foi difícil. Meus inúmer-

ros anos atuando em operações antiterroristas globais e os muitos relacionamentos em diversos países também ajudaram. Durante os dezoito meses em que trabalhei para a ministra Rice, dediquei a maior parte do tempo a viagens ao exterior e à cooperação com nossos embaixadores, comandantes militares e parceiros estrangeiros.

Nessa transição, posso ter dado passos em falso, mas esforcei-me para aprender e melhorar. Porém, havia uma lacuna importante em minha experiência e compreensão. Subestimei amplamente a extensão e a relevância da parte pública desta missão. Conduzi mais de cem entrevistas e outros eventos de imprensa mundo afora. O público, estrangeiro e doméstico, parecia ansioso para que alguém parasse e discutisse as políticas antiterrorismo e o papel de apoio da inteligência. No mínimo, queriam ouvir uma autoridade sênior dos EUA.

Durante essa missão, surpreendi-me com a importância da educação e da discussão responsável e pública. Trabalhei com diligência para representar meu país nesses fóruns abertos, apresentando-me em audiências públicas em cidades como Bogotá, Berlim e Beirute.

Após me aposentar do serviço governamental dos EUA em 2007, entrei no setor privado, com o objetivo de pagar a faculdade dos filhos. Também queria maior flexibilidade para desfrutar a companhia de minha família e de meus amigos. Percebi isso ao me dar conta de que eu passava mais tempo pensando no inimigo do que em qualquer outra coisa. Após 26 anos de serviço governamental, a aposentadoria foi a escolha certa.

No fundo, porém, sempre vou me lembrar com carinho de meu trabalho como agente operacional da CIA. Meu serviço foi mais do que uma carreira. Na realidade, foi uma grande missão, um modo de vida. Mas com essa honra, com esse privilégio de servir e com o amor pela pátria, vem a responsabilidade. Considerando minhas experiências ímpares no anti-terrorismo, na academia, na divisão de recursos nacionais, na diplomacia pública e, agora, no setor privado, senti um envolvente dever de transmitir meus conhecimentos, em especial levando em conta as mudanças monumentais no conflito geopolítico e as exigências associadas à missão da inteligência e aos profissionais da inteligência.

O paradoxo permanece. De que maneira um ex-agente da CIA mantém o código cultural do profissional discreto e, ao mesmo tempo, procura informar o público, evoluir a compreensão e, assim, apoiar a missão da inteligência? Em parte, talvez, ao escrever um livro que busca alcançar o equilíbrio certo entre a discrição honrada de um espião aposentado e a responsabilidade pública de um cidadão ativo.

Ao me aposentar, não tencionava escrever um livro, mas os agentes literários Andrew Wylie e Scott Moyers foram persuasivos, além de outras pessoas. Scott leu sobre mim pela primeira vez na mídia impressa. Depois andou pesquisando. Isso incluiu uma ligação para um amigo em comum, Bill Harlow, que testemunhou a meu favor. Harlow servira admiravelmente na CIA como responsável por Assuntos Públicos na gestão do diretor George Tenet. Scott e Andrew me convidaram para ir ao gabinete deles em Nova York, onde me convenceram de que eu podia e devia compartilhar mais do meu conhecimento.

Confiando em minhas lembranças desgastadas e em discussões atuais com alguns dos outros participantes, escrevi relatos pessoais para transmitir uma compreensão das questões mais profundas relacionadas com inteligência, guerra e política. As narrativas, com base na minha participação direta ou de agentes sob meu comando na época, também são importantes por tratarem de pessoas. Claro, a inteligência tem a ver, antes de tudo, com pessoas: quem atua em espionagem e ações encobertas; quem analisa a inteligência; e quem utiliza a inteligência. A inteligência também tem a ver com alvos de recrutamento, agentes estrangeiros e aqueles que se beneficiam e sofrem as consequências das operações de inteligência e das políticas, boas ou más, dependentes de informações obtidas pela inteligência.

A primeira seção do livro aborda os fundamentos do ramo. A coleta de informações, ou coleta de inteligência, em que atuei durante 24 anos, recebe mais atenção principalmente por ser o assunto que mais domino. As ações encobertas, o aspecto mais controverso da inteligência, recebem um tratamento extra. A ação desta linha mais importante de minha carreira, a Campanha do Afeganistão em 2001/02, serve como exemplo principal. Existem vários motivos. Em primeiro lugar, exerci um cargo de liderança e

posso escrever sobre tais operações com propriedade. Em segundo lugar, esse conflito serve como um excelente estudo de caso sobre a integração da inteligência com ações encobertas, guerra e política. Essa campanha é uma janela para o futuro, mescla complexa de intervenientes não estatais: inimigos, aliados e algo no entremeio. Em terceiro lugar, por conta de Bob Woodward e outros, há um volume sem precedentes de informações com fontes abertas que me permite discutir tópicos que, caso contrário, ultrapassariam os limites. Quarto, as personagens realizaram papéis dramáticos e fortes. Quinto, o sul da Ásia permanecerá uma área crucial para a segurança nacional por muitos e muitos anos, e precisamos aprender a partir de nossos acertos e erros.

Este texto também realça um novo mundo de riscos e o papel da coleta de inteligência e ações encobertas nesse ambiente. Isso inclui uma exploração de princípios estratégicos e a dinâmica complexa entre inteligência e política. O livro analisa os vínculos entre conflito, inteligência, governo e sociedade.

Espero esclarecer um pouco a arte da inteligência, relacionando algumas lições aprendidas ao longo de minha carreira, reforçadas por experiências e pontos de vista de outros. Esta obra é minha tentativa de descrever o valor dessa arte, de como a inteligência pode proteger as instituições liberais e evoluir nossa sociedade cada vez mais interligada, interdependente e global. Também enaltece o valor dos agentes de inteligência para a nossa nação.

O título do livro é um tributo ao falecido diretor da CIA, Allen Dulles, que em 1961 escreveu *The Craft of Intelligence* [*O ofício da inteligência*], e ao estrategista chinês do século V a.C. Sun Tzu, com sua *A arte da guerra*. Na primeira frase de seu livro, Dulles cita Sun Tzu. Tenho também uma dívida de gratidão com muitos outros que me orientaram.

Afinal de contas, a inteligência não chega a ser uma atividade nova.

Sun Tzu enfatizou que a arte da guerra é necessária para o Estado. Acrescentou que “toda guerra se baseia no logro” e que “se você conhece o inimigo e a si mesmo, não precisa temer o resultado de uma centena de batalhas”. Ele se referia ao valor da inteligência.

O que era verdade na China antiga continua sendo verdade hoje em dia. Cada vez mais, guerra e inteligência são vitais não apenas para o Estado, como também para atores não estatais e cidadãos — pois estamos entrando numa nova era de conflito com suas próprias e singulares características e necessidades.

Em razão dessa marcante mudança, o mundo da inteligência está em intenso movimento. Impulsionada em muitas direções por novas forças de conflito e cooperação, distorcida por interesses políticos dinâmicos, nossa comunidade de inteligência se esforça para funcionar com eficácia. Essa síndrome é particularmente vívida nos Estados Unidos, onde a sociedade tem expectativas diversas e visões ambivalentes sobre o papel da inteligência. Quando é o assunto, muitos fatores se misturam desordenadamente em nossa psique nacional: respeito, romantismo, conhecimento, ignorância, suspeita, medo e aversão. Ou, como a consultora de segurança nacional Condoleezza Rice declarou numa audiência no Congresso: “Temos alergia a inteligência”. Para a nossa nação, é um grande esforço entender e apoiar agências de inteligência e seus profissionais.

À medida que a natureza da guerra continua a mudar, o papel da inteligência crescerá. Enquanto nação, e não apenas um Estado, os EUA precisam compreendê-la melhor, bem como suas capacidades e seus limites. Uma inteligência melhor pode proteger e fazer avançar os interesses dos Estados Unidos e de nossos aliados, além de promover a democracia liberal mundo afora. É por isso que servi a meu país e por isso que ainda honro meu juramento à Constituição. É por isso, também, que escrevo este livro.

Espero transmitir a você um pouco do que aprendi.